



MOÇÃO TEMÁTICA

A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DO APARELHO POLÍTICO PORTUGUÊS NA LUTA CONTRA A CORRUPÇÃO

Fundamento da Moção

Considerando que:

- I. O crescente número de casos de corrupção na Administração Pública, vem provar que a mesma, no formato atual, está ao serviço de lóbis do sistema político governante, ao invés de servir a Nação e toda uma população carente dos seus serviços essenciais que lhe são devidos.
- II. O custo crescente com a Administração Pública, não refletir uma correspondente melhoria na qualidade dos serviços prestados.
- III. O crescente descrédito do sistema político e administrativo Português, como principal fator, para o acentuado crescimento da abstenção que, durante os últimos 49 anos, passou dos 8,5% em 1975 para os 48,6% em 2022.
- IV. O “Espírito” do Partido Chega, consagrado nos seus Estatutos, nomeadamente no seu Artigo 2º (Declaração de Princípios e Fins) alíneas 4; 7; 8; 13 e 16, que passo a transcrever:

*“A defesa de um Estado mínimo,
transparente e eficaz na relação entre o cidadão e os seus representantes;”*



*“O combate à corrupção
como uma batalha fundamental a travar.”*

*“O combate ao actual sistema de extorsão fiscal
transformado em terrorismo de Estado.”*

*“O desenho e a definição de programas completos e rigorosos
de governação para a República Portuguesa,
com o objectivo de cumprir
as funções fundamentais do Estado,
nomeadamente nas áreas da
segurança interna, segurança externa, Justiça e representação externa;”*

*“O estudo, promoção e realização das reformas necessárias,
do ponto de vista legislativo e organizacional,
para o aperfeiçoamento da democracia portuguesa,
nomeadamente nas áreas fundamentais das funções de soberania.”*

O Fado, “Estranha forma de governar..”

*As aldeias, vilas e cidades de Portugal vestem-se de um branco lívido, mas não se vestem de **esperança**. A neblina da incerteza e da **descrença** obnubila o **futuro**. Por entre as mesclas de cinza do nevoeiro matinal a luz da República bruxuleia, os Portugueses num profuso último estertor anseiam por uma **mudança** num país em **crescente declínio institucional** e económico, a sua Pátria é assolada por um regime socialista avassalador, impregnado de pseudo valores globalistas e totalitaristas decrépitos e inúteis, os **valores éticos e morais deixaram de florescer**, onde a grandiosidade e **dignidade da Nação**, são se possível mesmo **apagados***



Preâmbulo

O momento político e sócio-económico que Portugal atravessa é extremamente desafiante, sendo legítimo questionar: Que país vamos “herdar” desta governação de maioria socialista, tão exímia em nomeações, negociatas, amiguismo, compadrio e corrupção?

Como começar a reajustar o aparelho de Estado e Administração Pública, de forma a que o mesmo se torne mais transparente e eficaz nas relações entre os cidadãos e os seus representantes?

Sabendo que, para uma Reforma eficaz do aparelho de Estado e da Administração Pública, é preciso haver muita “coragem política”, rompendo profundamente com todo um sistema instalado e enraizado.

1. Reforma da Administração Pública

“O Super Estado Socialista”

A doutrina socialista do “Super Estado interventivo”, com amplos tentáculos que se expandem a toda a economia, para alimentar um sistema também ele mais suscetível de corrupção, abusos e “engenharia fraudulenta”, acarreta elevados custos. Em contraposição clara e inequívoca ao “Estado Mínimo” da doutrina liberal defendida por o Partido Chega, consagrando que o Estado em seu tamanho reduzido deve funcionar para manter bens públicos que auxiliam o bom funcionamento dos mercados, assegurando que a quantidade mínima dos serviços prestados servem para a organização da ordem social, saúde, educação e segurança.



A dimensão “dantesca”, e a argilosa progressão dos custos com a Administração Pública, podem ser constatados na evolução dos mesmos que, em 1974 eram o correspondente a 20,4% do PIB e, em 2022 são já eram de 43,43% do PIB.

Que em grandeza de números, se traduzem nos 464,9 milhões de euros gastos com a Administração Pública em 1974, comparados com os 106.873,6 milhões de euros gastos com a Administração Pública em 2022, ou seja um aumento de 23.000% sem paralelismo no nível de serviços prestados (que aumentam sim, mas em escala nem sequer comparável com o aumento de custos).

Esta “pesada máquina do Estado socialista” é hoje um dos maiores obstáculos à retoma e à progressão da economia Portuguesa que,consequentemente, vê o seu sector privado e famílias sufocadas e “escravizadas” com o atual sistema de “extorsão fiscal”, por forma a alimentar o “polvo socialista” cada vez maior, “obeso” e sedento de mais e mais impostos.

A “administração socialista”, ao invés de desempenhar bem as suas funções de regulação na sociedade e na economia, nas funções soberanas na defesa, segurança, justiça, finanças públicas, política externa, nas funções patrimoniais, acervo cultural, urbanístico, paisagístico e ambiental, e nas funções sociais como o ensino, saúde e segurança social, assume-se paradoxalmente como concorrência direta do setor privado, onerando-o com impostos excessivos e, absorvendo a mão de obra disponível para o seu normal funcionamento.

Para melhor entendermos a extensão do “Problema Socialista, há que observar alguns dados:



- A Administração Pública em 1974 empregava 215.103 pessoas que correspondiam a 5,02% da população ativa, e em 2022 já empregava 742.355 pessoas, que correspondem a 14,30% da população ativa.
- Os custos com a administração pública em 1974 eram de 464,9 milhões (20,4% PIB), e em 2022 já ascenderam a 106.873,6 milhões (43,43% do PIB), significando um aumento de 23.000%.
- Paralelamente ao aumento da despesa com a Administração Pública, a dívida pública que em 1974 era de 17,4% do PIB, subindo em 2022 para 112,4% do PIB.
- A abstenção durante os últimos 49 anos, cresceu assustadoramente dos 8,5% em 1975 para os 48,6% em 2022, demonstrando o desalento dos Portugueses para com este sistema político onde se sentem “reféns”, e em que perderam a confiança, e já não depositam a mínima esperança.
- Sintetizando: em 2022, 5.256.840 portugueses não exerceram o seu direito de voto, sendo que não terá sido por falta de informação, pois a taxa de analfabetismo em 1975 era de 24,7%, e em 2022, desceu para os 3,1%.
- Sendo plausível concluir que, os 48,6% dos eleitores devidamente letrados, esclarecidos e informados, ao não exercerem o seu direito de voto, estão a fazer um protesto “silencioso” contra um sistema em que já não acreditam, do qual não querem fazer parte e onde não se identificam.

Perante o “problema socialista”, de modo a tornar o Estado mais justo, que volte a aproximar os Portugueses da política e dos seus governantes, rumo ao Estado Mínimo defendido pelo Partido Chega, há que fazer uma profunda reforma da Administração Pública, que permita libertar verbas que possam ser aplicadas no estímulo da economia das famílias e do sector empresarial privado.

Urge “emagrecer” a Administração Pública de uma forma consistente, mas ao mesmo tempo de uma forma equilibrada, minimizado o impacto sócio-económico nas famílias dependentes da Administração Pública, sendo que essa reforma na sua génese, não pode passar por retirar direitos aos funcionários da Administração Pública.

O maior problema da Administração Pública passa por a mesma estar ao serviço do poder instalado, ao invés de servir a Nação e toda uma população carente dos seus serviços.

Problemáticas são as nomeações para os altos cargos, com recurso a práticas corruptas e apadrinhadas. Gravidade está no número excessivo de assessores e consultores e demais cargos políticos que pouco ou nada produzem, onerando sobejamente as contas públicas.

Para “emagrecer “ a Administração Pública, há que conhecer a distribuição dos cerca de 745 mil funcionários, quanto ao seu vínculo:

- A. 78.880 nomeados;
- B. 24.716 cargos políticos;
- C. 89.722 contrato a termo;
- D. 549.057 contrato a tempo indeterminado.

E como se distribuem quanto à sua localização:

- E. 558.019 Administração Pública Central;
- F. 173.266 Administração Pública Local;
- G. 11.070 Fundos da Segurança Social.

Das várias leituras que se podem fazer das alíneas acima transcritas, saliento a seguinte:

*A + B (78.880 nomeados + 24.716 cargos políticos = 103.596)
correspondem a 13% do funcionalismo público, representando
42% dos custos com vencimentos da Administração Pública.*

Recomendando-se portanto nesta Moção:

- i. Que o primeiro grande corte com a Administração Pública deve passar pela redução significativa destes “nomeados” pelos sucessivos governos, que estão essencialmente ao serviço da Administração Pública Direta.
- ii. O segundo grande corte seria nos detentores de cargos políticos, com a redução de Deputados na Assembleia da República, gabinetes e assessores, assim como na Administração Pública Local, com a redução de Vereadores, Deputados das Assembleias Municipais, assessores e vogais das Assembleias de Freguesia.

2. Reforma da Administração direta do Estado

Ministérios

Redefinir e reenquadrar as respetivas atribuições e funções, assim como a estrutura orgânica necessária ao seu funcionamento, bem como dos serviços e organismos pertencentes à administração direta do Estado.



Limitação, controle e transparência ao nível da gestão de recursos humanos e na contratação de órgãos consultivos, visando a redução de efetivos até ao número mínimo exequível para o seu bom funcionamento.

Reforço e garantia de imparcialidade dos serviços de controlo, auditoria e fiscalização sobre:

- a. Negociação e aquisições de bens e serviços;
- b. Sistemas de informação e comunicação;
- c. Gestão de edifícios;
- d. Serviços de segurança e de limpeza;
- e. Gestão da frota automóvel;
- f. Processamento de vencimentos e contabilidade.

3. Reforma da Administração indireta do Estado

Institutos Públicos

Os “serviços personalizados”, os “fundos personalizados”, também designados como “fundações públicas”, apesar de aparentemente estarem devidamente regulamentados na Lei Quadro dos Institutos Públicos (Lei n.º 3/2004 de 15 de Janeiro, na versão atual), a verdade é que têm funcionado para a governação socialista como uma “coutada de cargos” para alimentar todo um “exército socialista” que ao longo das últimas décadas vem delapidando o erário público. O mesmo sucedendo com o restante conjunto das entidades que, vinculadas a um ministério, prestam serviços públicos ou de interesse público, que há que auditar, fiscalizar e extinguir alguns destes organismos.

Sendo que, segundo a Lei Quadro dos Institutos Públicos, os mesmos devem observar os seguintes princípios de gestão:

Transcrição do Artigo 5.º:

- “a) Prestação de um serviço aos cidadãos com a qualidade exigida por lei;*
- b) Garantia de eficiência económica nos custos suportados e nas soluções adoptadas para prestar esse serviço;*
- c) Gestão por objectivos devidamente quantificados e avaliação periódica em função dos resultados;*
- d) Observância dos princípios gerais da actividade administrativa, quando estiver em causa a gestão pública.*

2 - Os órgãos de direcção dos institutos públicos devem assegurar que os recursos públicos de que dispõem são administrados de uma forma eficiente e sem desperdícios, devendo sempre adoptar ou propor as soluções organizativas e os métodos de actuação que representem o menor custo na prossecução eficaz das atribuições públicas a seu cargo. “

E se os “Princípios de gestão” dos Institutos Públicos, até não suscitam grandes dúvidas, já os “Fins” da sua aplicabilidade levantam sérias suspeitas e interrogações.

Recomenda-se também nesta Moção, a criação de Comissões Parlamentares, para interpolar os ministérios acerca do cumprimento integral dos “Princípios de Gestão” consagrados na supracitada Lei.

Levando a cabo ações de controlo, auditoria e fiscalização dos citados Princípios de Gestão dos Institutos Públicos, por forma a melhor se imputar responsabilidades aos ministérios cujo membro do Governo sobre eles exerçam poderes de Tutela e superintendência.

Atendendo ao espírito da lei no seu artigo 26º que consagra o “Fiscal Único” como o órgão responsável pelo controlo da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do instituto, que por sua vez responde



perante o ministério em que recai a Tutela, a bem da transparência política, recomenda-se que o “Fiscal Único” preste todas as informações necessárias às Comissões Parlamentares devidamente criadas e regimentadas para o efeito.

O conteúdo desta moção, representa uma breve abordagem de uma temática bastante mais complexa, que será desenvolvida para a Direção Nacional do Partido Chega, caso o entenda como relevante.

Alenquer, 23 de Dezembro de 2023

Nota: Todos os dados estatísticos constantes nesta Moção provêm da <https://www.pordata.pt/>

Esta Moção Temática foi criada e desenvolvida pelo Grupo de Pensamento “Honrar Portugal”, com a colaboração dos militantes Paulo Alves Batista, Jaime Mata, Susana Franco, Patrícia Pereira, Hugo Monteiro e Vicente Moreira.

A Moção Temática:

“A Reforma da Administração Pública e do Aparelho Político Português, na luta contra a corrupção” tem como 1º subscritor :

Paulo Alves Batista – militante nº31365